

Tema	Comunidade	Contribuição/Manifestação	Respostas Durante as Reuniões Públicas	Respostas Complementares Pós- Reuniões - VALE	Respostas Complementares Pós- Reuniões - SEMAD
Acessos	Córrego do Feijão	"(...) O trânsito de caminhões de mineradora vai continuar após a retomada do antigo acesso?"	[Vale] Foi explicado que a proposta para o acesso MIB, que consta na alternativa indicada no projeto conceitual, possui o maior distanciamento da via em relação à proximidade com a comunidade do Córrego do Feijão, que é a mais próxima do acesso. Então, entende-se que os impactos desse trânsito, assim como da poeira, serão reduzidos. Também foi esclarecido que cabe à Prefeitura regular o tráfego nas vias públicas após recuperação.	Não se aplica.	Não se aplica.
Impacto de obras	Córrego do Feijão	"(...) Como a Vale irá tratar a entrada de seus funcionários e/ou terceiros em propriedades privadas para execução de obras e outras atividades?"	[VALE] Foi explicado que qualquer atividade realizada pela Vale, ou suas contratadas, em áreas de terceiros precisa da autorização prévia do proprietário. Isso é feito por meio de formalizações com o time de Relacionamento com Comunidades (Gerência de Territórios) ou pela área Fundiária, que obtém a documentação necessária. A autorização pode ser pontual, para uma obra específica ou recorrente, caso seja necessário realizar monitoramentos periódicos.	[VALE] Após as reuniões públicas a equipe da Gerência de Territórios da Vale se comprometeu em ratificar com as áreas demandantes de acesso em terrenos de terceiros, a necessidade de autorização, que demonstre clareza no objetivo da atividade. Até o momento, a Vale não recebeu mais reclamações desta natureza.	Não se aplica.
Acessos	Tejuco	"Augusto Murta, a rua que cortava o bairro Parque da Cachoeira todo e andava na estradinha do Alberto Flores. Nunca mais vai existir esse acesso? Tirou o direito de ir e vir? Agora vai fazer uma outra estrada pra ligar aqui na estrada que vai pro Tejuco e Parque da Cachoeira. E o pessoal que mora na comunidade do Parque da Cachoeira, lá embaixo. Eles nunca mais vão ter aquele acesso ali. Eles vão ter que subir o bairro todo agora, dar a volta pra sair no mesmo lugar da ponte?"	[VALE] Foi explicado que a proposta é retomar o acesso tanto na parte superior quanto na parte inferior do parque, conectando as vias internas à via Alberto Flores.	Não se aplica	A solicitação da comunidade de Parque da Cachoeira para reconstrução do acesso no mesmo local que era em período anterior ao rompimento foi devidamente considerada nas discussões entre a Vale S.A. e o órgão ambiental. Entretanto, considerando os aspectos ambientais (intervenção em áreas de preservação permanente) e os aspectos relacionados ao cronograma de liberação das áreas, definiu-se pelo acesso apresentado pela Vale S.A. na reunião pública, que corresponde à ligação da Avenida Dr. Iraci L. Pereira com a rodovia Alberto Flores em um traçado mais retilíneo na porção sudeste da comunidade. Cabe destacar que a distância entre este novo acesso proposto e o que existia anteriormente é de 377 metros, de forma que esta alternativa é mais próxima à original do que o trajeto que atualmente é utilizado, via rua Maria de Oliveira Caldas.

Impacto de obras	Tejuco	"(...)A minha preocupação grande sobre essa recuperação é o operacional. Por quê? Porque nosso medo é que tudo passe pelo Monte Cristo. Caminhão, carreta, maquinário, como já foi feito das outras vezes (...)" [OFÍCIO SOBRE ESSE TÓPICO ENTREGUE NA REUNIÃO DE PARQUE DA CACHOEIRA]	[VALE] Foi explicado que em relação à comunidade Monte Cristo, não tem nenhuma previsão de interferência na região pelas obras de recuperação ou mesmo intervenções para recuperação até o momento.	[VALE] Após as reuniões públicas foi verificado pela Vale que as obra mais próximas da comunidade são - Duplicação (entre o trecho que liga a sede até entrada de Tejuco) e Requalificação de Via de acesso a Tejuco ao Caldo De Cana)" com início previsto para 2028. - Sistema de Abastecimento de Água (SAA Integrado - Tejuco e Parque Da Cachoeira (R-2474-00) - Gerencia de Valor Social realizou a etapa de Engenharia até o projeto detalhado, sendo a responsabilidade de implantação da COPASA.	Não se aplica
Impacto de obras	Córrego do Feijão	"(...) Quais medidas serão tomadas para garantir a preservação das nascentes, uma vez que o trânsito de caminhões leva muita sujeira e rejeitos das estradas para os terrenos? Além das nascentes, há problemas com poeira na região, o que afeta animais, pessoas e até sistemas fotovoltaicos. O que será feito para resolver o impacto da poeira causada pelos caminhões?"	[VALE] Foi explicado que o maior fluxo de caminhões transitando naquela área ocorre devido ao manejo de rejeito e ocorrerá pela própria recuperação ambiental e que isso é uma condição temporária. Para tanto, foram apresentadas as principais medidas de controle ambiental, que incluem a aspersão de água nas vias, especialmente durante o período seco, para evitar que a poeira seja levantada pelo vento ou pelos veículos. Além disso, são realizados monitoramentos de material particulado na região para garantir que os níveis de qualidade do ar sejam adequados.	Não se aplica.	O órgão ambiental emitiu ofício para a Vale S.A. em janeiro de 2023, determinando uma série de ações para se mitigar o excesso de material particulado em suspensão (poeira). Dentre as ações, determinou-se a umectação das vias não pavimentadas em que há tráfego de caminhões da Vale S.A. e de suas terceirizadas; enlombamento dos caminhões e protocolo quinzenal contendo reporte das ações de umectação durante o período seco. Além disso, o órgão ambiental acompanha o reporte dos dados de qualidade do ar mensurados nas três estações de monitoramento existentes em Brumadinho, para garantir que a qualidade do ar seja satisfatória na região. Para demandas específicas relacionadas à poeira, recomenda-se entrar em contato com os canais de comunicação disponibilizados pela -Vale S.A. Em caso de denúncias, o link: https://meioambiente.mg.gov.br/fazer-denuncia-ambiental/-/solicitar-fiscalizacao-ambiental contém as orientações necessárias.

Recuperação Ambiental	Córrego do Feijão	"(...) essa recuperação do corpo d'água, da fauna e da flora foi feito um estudo? A recuperação dessa fauna, flora e do curso do Ferro-Carvão será 100%", desde a sua nascente lá perto da B1, entre B1 e a B6? E esse caminho vai ser o mesmo caminho, se não aproximadamente? Essa largura do corpo, esse cuidado com a profundidade, esse caminho que ele percorre até o desaguamento lá no Paraopeba?"	[VALE] Foi explicado que tudo isso está sendo levado em consideração e que há um estudo hidrogeomorfológico para entender como o ribeirão era antes do rompimento e usar essas informações no planejamento para a recuperação dos cursos d'água. Antes, o ribeirão tinha barragens, tanto da Vale quanto de proprietários, que controlavam a velocidade da água. A ideia é eliminar essas barragens no projeto de recuperação, mas com cuidado para não aumentar excessivamente a velocidade da água e causar erosões. O estudo está definindo a largura e profundidade do ribeirão para projetar uma calha adequada, permitindo a recuperação da vegetação, o retorno da fauna e outros elementos. Todo esse processo é interligado com a recuperação do curso d'água, impulsionando a volta dos outros componentes ecológicos.	Não se aplica.	Não se aplica.
Recuperação Ambiental	Córrego do Feijão	"(...) Uma vez que o curso d'água será recuperado, como se dará o monitoramento dessa água para acompanhar a descontaminação? A comunidade vai ter essa informação sobre as águas recuperadas e monitoradas?"	[SEMAD] Foi explicado que a obrigação de monitorar será encerrada somente quando os indicadores de qualidade ambiental, incluindo a qualidade da água, atingirem os parâmetros estabelecidos. O monitoramento continuará, mesmo após a execução das obras, para garantir que a qualidade da água esteja adequada para os usos previstos e a quitação da recuperação só ocorrerá após essa confirmação.	Não se aplica.	As informações sobre os monitoramentos das áreas recuperadas (incluindo águas, vegetação e fauna) serão publicizadas oportunamente.
Recuperação Ambiental	Córrego do Feijão	"(...)A Vale usou parte do meu terreno como compensação ambiental da sua obra. Então, ela está fazendo compensação ambiental num terreno que não é dela. O que será feito sobre isso?"	[SEMAD] Foi explicado que compensações só podem ser realizadas em áreas próprias e que para isso é feito um processo entre a empresa e o órgão fiscalizador. Ficou acordado, por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, que será verificado se a compensação está sendo feita corretamente ou se há algum problema.	[VALE] Após reuniões públicas, as equipes da Gerência de Territórios, Fundiário e Meio Ambiente da Vale, levantaram que não há áreas de compensação onde foi apontado, trata-se de uma possível sobreposição de CAR. Essas equipes fizeram uma visita de campo e já estão em tratativas com o proprietário.	Foi realizada vistoria por técnicos da Semad/Comitê Extraordinário de Recuperação Ambiental das Bacias do Rio Paraopeba e Rio Doce (núcleo Paraopeba) no dia 12 de dezembro de 2024, quando foram percorridos trechos da propriedade, e coletadas informações com o proprietário. Após esta vistoria as informações coletadas foram sistematizadas e foi possível verificar que não há áreas do proprietário sendo utilizadas pela Vale S.A. com a finalidade de compensação. Entretanto, foi identificado nesta oportunidade, uma sobreposição de áreas entre a propriedade do reclamante e o limite proposto para o Parque Municipal Ferro-Carvão, de forma que a Vale S.A. foi informada da necessidade de revisão deste limite. Esta atualização será incorporada na próxima revisão do documento "Plano Diretor Ambiental do Parque Municipal Ferro-Carvão".

Impacto de obras	Tejuco	"Como ter expectativas desse projeto de recuperação, sendo que nós não tivemos recuperação do básico que nos foi tirado? A água, a nossa água aqui do Tejuco, que nós bebemos a água da nascente. Essa água foi contaminada. Até hoje a gente não teve recuperação, nem restituição de nada. Um plano aí paliativo, entregando garrações de água nas casas, enchendo a caixa d'água da comunidade com carros-pipas, e até hoje não teve essa reparação do básico que nós necessitamos(...). A água, a gente tinha água, a comunidade nunca pagou a água. Hoje nós não temos a nossa água para o consumo próprio. Então, como falar de uma recuperação de um córrego, sendo que uma simples nascente, que foi obra da Vale, e a nossa água foi contaminada, nós não temos essa recuperação (...). Um trabalho muito grande foi feito furando diversos poços na comunidade vizinha para trazer água mineral para a nossa comunidade. Essa água até hoje não chegou. Todo o trabalho já foi feito e eles estão falando agora de vir água do outro lado da cidade. E depois disso tudo quem vai pagar a conta? É a comunidade que vai pagar a conta da água? É a comunidade que vai pagar a conta do dano que foi causado à nossa comunidade? Como falar de um projeto desse aí de recuperação, sendo que as indenizações ainda não foram feitas? Em paralelo a esse projeto, que comece a fazer então as indenizações para os moradores da comunidade, não é mesmo? E os impactos que vai causar esse projeto? (...). A data do PTR inicial seria 2026, né? Teria uma data limite aí até 2026 para o PTR. Acabando esse PTR, então que já pensem num próximo recurso para o auxílio da comunidade aqui, zona quente, até 2030. E os danos, mais empresas, mais caminhões, mais tratores, mais gente de fora, mais empreiteira, que pensem então nesses danos que vai causar, nesse impacto que vai causar desse projeto. (...). Então, instituições de justiça, compromitentes, Ministério Público, eu quero chamar a atenção de vocês, falando das expectativas que nós já não temos, e quero chamar a atenção de vocês que nós não tivemos	[SEMAD] Foi esclarecido que as demandas sobre acesso à água e indenizações, não relacionadas ao Projeto Conceitual, serão registradas e encaminhadas aos compromitentes do AJRI.	[VALE] Desde dezembro de 2020, após o incidente que levou sedimentos à rede de abastecimento utilizada pela população de Tejuco, a Vale tem fornecido água a essa comunidade por meio de caminhões-pipa (volume médio diário 530m³), que são abastecidos diretamente do sistema da Copasa. Toda a atividade é acompanhada por órgãos públicos e instituições de justiça por meio do Termo de Compromisso denominado Água (TC Água), inclusive em termos de quantidade e qualidade da água entregue. O abastecimento ocorre 24h por dia, 7 dias por semana. A Vale também fornece, de forma complementar, água mineral em Tejuco (90L por semana). Como solução definitiva para o abastecimento de água em Tejuco, foi firmado o 6º Termo Aditivo do TC Água, entre Vale, MPMG, Copasa e outros compromitentes, em que a Vale tem a obrigação de custear e a Copasa a obrigação de implantar e operar o sistema integrado de abastecimento de água pelo sistema rio Manso para atender às comunidades de Tejuco e Parque da Cachoeira, cujo serviço de abastecimento de água potável foi concedido, pelo município de Brumadinho, à Copasa.	A demanda foi encaminhada aos Compromitentes do AJRI, de forma que as informações serão publicizadas oportunamente.
Uso futuro dos espaços	Córrego do Feijão	"(...) Existiam áreas de pesca na Barragem B1 e B4-A. . E desse barramento 4, a população, a comunidade, fazia atividade de pesca. A pergunta é: vai ser devolvido para a comunidade essa atividade?"	[VALE] Foi explicado que não há previsão de barramentos para que seja possível garantir a conectividade longitudinal e facilitar a recuperação ambiental. Quanto à atividade de pesca, foi esclarecido que dependerá da liberação do órgão ambiental (IEF) e das regras do futuro parque, não sendo algo que se possa definir dentro do processo de recuperação. O foco é criar um ambiente propício para a presença de peixes e, se o ambiente for adequado, a pesca será um ponto a ser decidido pelo órgão gestor do tema.	Não se aplica	Não está prevista possibilidade de pesca considerando que o foco da reparação é trazer um ambiente ecologicamente equilibrado.

Impacto de obras	Tejuco	“Na comunidade de Maricota, a gente está sofrendo com o impacto dessa obra, que está para ser concluída. De que forma? Dentro desses 500 hectares tinha um ecossistema vivo. Tinha animais. Tinha a flora, a fauna. Onde estão esses animais? Esses animais ‘subiram’. Esses animais não têm o que comer, não têm habitat natural mais nessa área. A forma natural que eles encontraram, eles subiram o rio. Então, a maioria desses animais hoje estão por volta da comunidade de Maricota e Melo Franco”. “Então, esses animais, de uma forma natural, eles abandonaram essa área e estão subindo. Porque lá em cima tem produção. Então, aquele processo natural que a gente tinha, de uma parte ser destinada ao alimento dos animais, vamos supor, a gente tinha 10% para alimentar os animais. Agora, cresceu muito. A gente não consegue colher, entendeu? Então o desequilíbrio é grande”.	[SEMAD] Foi esclarecido que o impacto da aquisição dos terrenos pela Vale no município não foi um tema abordado até o momento e não há relatos disponíveis sobre esse impacto. A SEMAD se comprometeu a buscar informações e estudos sobre o assunto e a encaminhar a questão, embora isso esteja fora do escopo do projeto conceitual. [Vale] Foi explicado que, atualmente, é realizado um diagnóstico de danos ao meio biótico que abrange não só a região do Ferro-Carvão, mas também a bacia do Paraopeba. Esse estudo analisa a dinâmica de animais, incluindo tanto peixes quanto animais terrestres, como a capivara. O objetivo é verificar se o rompimento causou impactos no modo de vida, saúde e presença desses animais na área afetada.	[VALE] A vale esclarece que a própria recuperação da área possibilitará o restabelecimento do equilíbrio ecológico.	Não se aplica.
Impacto de obras	Parque da Cachoeira	“Esse trecho é o trecho [que liga Tejuco a Parque da Cachoeira] que passa os ônibus escolares, ônibus circular. O ônibus, inclusive, que traz as crianças das regiões ao lado aqui para a creche aqui do Parque da Cachoeira. Então, eu não sei se vocês passaram, vieram do Tejuco para cá, e viram que tem um pedaço ali que tem até um buraco no meio da estrada agora com essas chuvas (...) encaminhamos para a prefeitura, para a Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura, Secretaria de Obras, isso foi ano passado. (...) como vai ser, é um trajeto também que vai ter movimentação de veículos dele, como já passa ônibus deles também, gostaria de saber se vocês já pensaram em alguma solução para aquilo, porque se continuar, vai acabar, vai desbarrancar, vai comer mais um pedaço da estrada, e vai acabar acontecendo um acidente”. [ALÉM DA FALA, FOI ENTREGUE OFÍCIO SOBRE O TEMA E OFÍCIO DA COMUNIDADE DE MONTE CRISTO SOBRE IMPACTO DE OBRAS]	[SEMAD] A SEMAD se compromete a buscar informações junto à prefeitura de Brumadinho sobre a demanda de recuperação desta via. [Vale] Foi esclarecido que o projeto atual foca na bacia do Ribeirão Ferro-Carvão e nas obras de reparação dessa área. Não há atividades de recuperação planejadas para a região mais alta próxima à estrada para Tejuco. Caso a recuperação da estrada do Cerradão exija movimentação de equipamentos que possam causar impacto, será iniciado um processo de recuperação de áreas degradadas. No entanto, no projeto apresentado hoje, não há intervenções previstas para essa região.	[VALE] Trata-se de via pública, que liga a interseção conhecida como "Caldo de Cana", passando pelo acesso de entrada a Parque da Cachoeira e liga à comunidade de Tejuco. Essa via é rota de caminhões pipa que abastecem os reservatórios de água potável da comunidade de Tejuco. Além disso, essa rota é compartilhada com veículos diversos, inclusive caminhões das Mineradoras Tejucana e Mineral do Brasil. Existe uma iniciativa do AJRI, obrigação de pagar, para melhoria e recuperação da via, com proposta de trecho com alça marginal para tráfego de veículos pesados - Previsão de início: 2028.	Em relação à demanda específica trazida na fala do solicitante, a Vale S.A. providenciou informações mais detalhadas quanto a futuras obras na região. Em relação ao ofício que foi protocolado na reunião pública de Parque da Cachoeira, informamos que o mesmo foi direcionado para a Prefeitura Municipal de Brumadinho, instância responsável pela manutenção das estradas das comunidades.

Impacto de obras	Parque da Cachoeira	“Essa água que desce também está descendo da Avenida Augusto Diniz Murta. Antes tem um terreno que antecede o meu e ele está fazendo também uma erosão muito grande. Então, seria possível fazer uma bacia de contenção ou alguma coisa para poder evitar, sendo que mais na parte de baixo há duas nascentes?”	[Vale] Foi esclarecido que o projeto atual foca na bacia do Ribeirão Ferro-Carvão e nas obras de reparação dessa área. Não há atividades de recuperação planejadas para a região mais alta próxima à estrada para Tejuco. Caso a recuperação da estrada do Cerradão exija movimentação de equipamentos que possam causar impacto, será iniciado um processo de recuperação de áreas degradadas. No entanto, no projeto apresentado hoje, não há intervenções previstas para essa região.	[VALE] Não há registros de intervenção de melhoria pela prefeitura. Trecho está localizado próximo à zona quente, parte baixa do bairro. Local recebe grande contribuição de água de enxurrada e não dispõe de sistema de drenagem. Aos fundos, mas sem interferência, encontra-se uma das bacias hidráulicas da Ponte Alberto Flores que alimenta a ETAF I. Nas imediações existem escritórios e canteiros de empresas (Vale e terceirizadas). A via citada (Augusto Diniz Murta) é rota de caminhão pipa para entrega de água mineral e umectação (mitigação de poeira) e recebe manutenção periódica (equipe Infraestrutura - Vale) por se tratar rotograma dos atendimentos mencionados.	Não se aplica.
Participação Social	Tejuco	“(…)Eu queria saber se teria como a gente ter aqui na comunidade do Tejuco uma audiência voltada pra comunidade pra resolver os problemas existentes aqui”.	[SEMAD] Foi esclarecido que a proposta da audiência será levada aos compromitentes do Acordo Judicial de Reparação Integral e que a Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Devido ao seu escopo específico, não pode abordar todos os programas do acordo, mas se comprometeu a levar para os compromitentes os aspectos relacionados à água e às indenizações mencionados.	Não se aplica	A demanda foi encaminhada aos Compromitentes do AJRI, de forma que as informações serão publicizadas oportunamente.
Participação Social	Tejuco	“(…) E outra coisa que eu queria, e isso era fazer um pedido, era mudar como é feito o diálogo de comunicação, Vale e comunidade. Não temos na comunidade lideranças que representem os moradores. Ficamos perdidos nos acontecimentos e ações da Vale dentro do Tejuco (...). Queria que olhasse isso [comunicação da Vale] e que seja mudado como é feita essa comunicação, porque a gente tá sem lazer, a gente tá sem cultura, a gente tá sem nenhuma atividade, porque não existe essa comunicação entre Vale e comunidade”.	Momento de manifestação da comunidade acerca de percepções/indignações, sem necessidade de resposta específica da Vale e SEMAD, que tiveram posicionamento de escuta e respeito das falas.	[VALE] A Gerência de Territórios está trabalhando em ações para melhorar a comunicação entre a Vale e as Comunidades, a exemplo, podemos citar estratégias como: Implantação de listas de transmissão via WhatsApp, que comunica os avanços de obras e outros projetos relacionados, e a localização e definição de pontos focais na comunidade para serem interlocutores. Além disso, o diálogo social com os analistas de Relacionamento com Comunidades permenece.	Não se aplica
Participação Social	Tejuco	Moradora pergunta sobre como acessar os encaminhamentos e retornos da reunião.	[SEMAD] Foi esclarecido que será feita a compilação de todas as reuniões e que será publicado no site da SEMAD. Também será feito uma divulgação do link após publicação, via WhatsApp.	Não se aplica	Não se aplica

Temas não relacionados ao projeto	Parque da Cachoeira	“(…) Eu acho que a preocupação não é só minha, mas a preocupação de quase todos aqui ou se não é de todos, é o que se faz hoje com as casas abandonadas, jogadas a céu aberto, para todas e qualquer pessoa. Nós hoje não temos mais nenhuma segurança. Não temos nenhum critério, a Vale não tem nenhum critério hoje que a gente possa entender o que vai fazer com as casas que foram compradas. Qual é a segurança que hoje nós podemos ver quando essas casas são compradas? Olha, a primeira etapa dessa história toda, a Vale comprava, dois dias depois ela demolia. Não, não, perdão. Ela comprava, deixava, aí o povo começava a tirar o material de lá de dentro. Porta, janela, enfim. Aí a Vale tomou uma nova decisão: vamos tirar as portas e as janelas. Continuou gente entrando. Aí ela resolveu: vamos demolir as casas. Aí entrava o trator, demolia, e os tratores entram, as casas do lado tem o reflexo dessa confusão toda. Enfim, hoje as casas estão aí, abertas, não tem a menor segurança. A Vale tinha uma polícia patrimonial que estava tomando conta, ela sumiu. É um ou outro hoje que entra. Eles não podem fazer absolutamente nada com as pessoas. Enfim, a segurança está muito afetada. Então eu gostaria que olhassem por isso e nos dessem uma atenção, principalmente eu”.	[Vale] Foi esclarecido que as casas indenizadas tornaram-se responsabilidade da Vale, mas a gestão delas é feita por outra área, não a de recuperação. Essas propriedades passam por manutenção regular, como demolição, construção de cercas, roçadas e limpeza dos lotes. A última manutenção ocorreu em outubro. A Vale se comprometeu a encaminhar as questões levantadas à área responsável para avaliar se as atividades realizadas são adequadas e considerar possíveis ações complementares.	[VALE] Foi criado um grupo de trabalho para resolver essas questões. A equipe de analistas de Relacionamento com Comunidades (RCs) fez uma conversa com a Associação de Moradores dos Bairros Parque do Lago, Parque da Cachoeira e Alberto Flores (ACOPAPA) para levantamento de expectativas, visando a solução deste problema. O GT será responsável por dar encaminhamento do que foi solicitado pela Associação e fazer as devidas aprovações e devolutivas. Possibilidades levantadas pela ACOPAPA: Destinação à aquisição social com preços acessíveis, grupos de empreendedores sociais, área verde.	Não se aplica
Participação Social	Tejuco	“Na apresentação é citada a participação dos atores diretos e indiretos. Aí gostaria de saber quais comunidades participaram efetivamente dessa consulta. Quantas reuniões aconteceram... ou se é esse momento que está sendo considerada participação pública ou se tiveram outros momentos que antecederam a esse para a construção do plano?”	[VALE] Foi explicado que a primeira fase de participação envolveu um diagnóstico social realizado entre 2021 e 2022. Este diagnóstico incluiu diálogos com lideranças comunitárias e moradores, cujas necessidades e expectativas ajudaram a moldar o projeto de recuperação. Após o levantamento dessas informações, houve devolutivas às comunidades. Além disso, interações com o poder público municipal, incluindo reuniões sobre o futuro parque, acessos e planos de desenvolvimento, foram realizadas para adaptar o projeto conforme os interesses locais. Também ocorreram apresentações ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba e reuniões com a Associação dos Familiares das Vítimas, seguidas por visitas aos locais de recuperação. [SEMAD] Foi explicado que, embora os momentos de escuta anteriores tenham ocorrido, a SEMAD entende que o momento principal de escuta das populações para o Projeto Conceitual é esse durante as reuniões públicas.	Não se aplica.	Cabe reforçar que as comunidades contempladas no momento de escuta são aquelas que se encontram dentro da área de estudo do Projeto Conceitual de Recuperação Socioambiental das bacias do ribeirão Ferro-Carvão e parte da bacia do ribeirão Casa Branca, a saber: Córrego do Feijão, Cantagalo, Parque da Cachoeira, Parque do Lago, Alberto Flores, Tejuco e Comunidade Quilombola do Sanhudo.
Temas não relacionados ao projeto	Parque da Cachoeira	“(…)Eles cortaram a nossa cesta, estão cortando o PTR e daqui a um dia se vira cada um por si e Deus por todos (...) se o PTR estava concluído que tinha 4.4 bilhões pra ser gastado, que as outras partes do acordo iriam andar conforme o PTR, como que cês vai acabar com o PTR? Como que cês vai cortar o PTR se nem a reparação da comunidade, da nossa comunidade teve? (...)”	Momento de manifestação da comunidade acerca de percepções/indignações, sem necessidade de resposta específica da Vale e SEMAD, que tiveram posicionamento de escuta e respeito das falas.	Não se aplica.	A demanda foi encaminhada aos Compromitentes do AJRI, de forma que as informações serão publicizadas oportunamente.

Participação Social	Tejuco	“(…) Como estão sendo consideradas a participação e a consulta prévia para povos e comunidades tradicionais, tanto no âmbito do Projeto Conceitual, quanto no âmbito do Plano Diretor do Parque Municipal?”.	[SEMAD] Foi esclarecido que a SEMAD realizou reuniões prévias com as lideranças de cada comunidade. Especificamente para a Comunidade Quilombola de Sanhudo, foram marcadas duas reuniões a partir de datas e horários previamente combinados com as lideranças, sendo que não houve comparecimento dos representantes nestas oportunidades. Dessa forma, foi considerada a escuta da comunidade de Sanhudo na reunião realizada em Tejuco.	Não se aplica.	Não se aplica.
Participação Social	Tejuco	[RECEBIMENTO DE OFÍCIO] A comunidade da zona quente solicita que a recuperação socioambiental priorize os agricultores locais, incluindo-os na aquisição de mudas e na contratação para serviços de jardinagem e manutenção.	[SEMAD] Foi esclarecido que as questões relacionadas à agricultura serão levadas aos compromitentes do acordo. Conversas periódicas com o Ministério Público Estadual, Federal e a Defensoria são realizadas para entender e encaminhar as demandas, e essa solicitação será incluída nesses processos.	[VALE] A inclusão de pessoas e/ou projetos no Acordo, como solicitado, não depende da Vale, e sim dos Compromitentes. No projeto Fomento Agro- AGR01, temos apenas um agricultor em Tejuco. E no projeto AGR20, não temos nenhum morador de Tejuco como beneficiário. Sobre a qualificação de mão de obra, esclarecemos que Brumadinho não aderiu ao programa de qualificação de mão de obra do AJRI para possíveis atuações nas empresas contratadas.	A demanda foi encaminhada aos Compromitentes do AJRI, de forma que as informações serão publicizadas oportunamente.
Recuperação Ambiental	Tejuco	“(…)Sobre as barragens, se está previsto o descomissionamento de todas as barragens da Vale que estão na área da sub-bacia e que, de certa forma, drenam para o Ribeirão Ferro e Carvão. Se sim, os prazos de descomissionamento vão bater com os prazos do plano ou se está prevista a implementação do parque como área de ZAS dessas barragens? Se essas barragens vão ser descomissionadas antes da implementação do parque e do acesso às pessoas à área, visto que é um medo recorrente de um próximo rompimento dessas barragens que restam”.	[Vale] Foi esclarecido que o descomissionamento segue um rito específico a parte do Projeto Conceitual no contexto da descaracterização e fechamento de mina e que os dados sobre o descomissionamento, em especial os cronogramas, são considerados na interface no projeto de recuperação devido a relação espacial dos compartimentos e que pelos cronogramas atuais considera-se que serão compatíveis os processos de recuperação, descomissionamento e uso futuro (Parque).	Não se aplica.	O descomissionamento das barragens Menezes II e B VI é atividade predecessora a liberação da área a jusante para uso antrópico, inclusive para o uso do Parque Municipal. É importante ressaltar que atrasos que porventura ocorram na descaracterização destas estruturas poderão impactar os prazos previstos para destinação de uso público na área do parque, em respeito à premissa de não utilização pública em área de ZAS. Entretanto, esta etapa não impede início da reparação nessas áreas.

Recuperação Ambiental	Tejuco	“(…) A gente tem 36 nascentes registradas aqui, por que vocês não fazem a reparação dessas 36 nascentes, onde a maioria delas vocês acabaram com ela, voltando o material, a lama toda pra dentro da cava de vocês, aonde que tá lá o lençol a céu aberto, aonde que a água antes, pouco depois do rompimento era verde e hoje ela é preta (…)?”	[Vale] Foi explicado que a recuperação de cursos d'água está focada nas áreas diretamente afetadas pelo rompimento, incluindo a região da mancha de impacto e as áreas envolvidas nas obras emergenciais, como remoção de rejeito e tratamento de água do Ribeirão Ferro-Carvão. [SEMAD] A questão será encaminhada para que a Vale possa responder posteriormente sobre as nascentes.	[VALE] A Vale esclarece que todas as nascentes que foram impactadas pelo rompimento e que estão na área de intervenção do projeto serão recuperadas, conforme obrigação do Plano de Reparação Socioambiental - Anexos 2.1 do Acordo Judicial de Reparação Integral.	Não se aplica
Recuperação Ambiental	Tejuco	“(…) O projeto está considerando também a finalização e a desmobilização da dragagem e a finalização, o estanque das ETAFs (…)?”	[SEMAD] Foi explicado que todas as áreas que foram usadas para a dragagem, ou que estão sendo usadas para a dragagem, estarão dentro do processo de recuperação ambiental associado a esse projeto.	Não se aplica	O Projeto Conceitual de Recuperação Socioambiental das bacias do ribeirão Ferro-Carvão e parte da bacia do ribeirão Casa Branca, está ligado às ações previstas para o Ribeirão Ferro-Carvão. Para o trecho impactado após confluência com Rio Paraopeba, estão sendo previstos outros Planos e Programas direcionados à reparação dessas áreas.
Recuperação Ambiental	Tejuco	“(…) Teve uma audiência pública, e essa é uma preocupação recorrente da comunidade referente à disposição de rejeito em cava, visto que as nascentes, eles sentem diferença nas nascentes, quando era drenada a cava e agora que parou a drenagem está jogando rejeito. Então, é perceptível na comunidade que está ao entorno, principalmente o Tejuco, que fazia os usos dos mananciais, que estão ao lado do Pico dos Três Irmãos, na região mais a oeste (…) para título de registro, doutor, falar que foi dia 28 de julho de 2023, que o doutor Lucas Trindade pediu a AECOM e a Vale para atender essa demanda a respeito de trazer uma informação qualificada, a própria Vale ou a AECOM, levar para a comunidade do Tejuco, as comunidades estão ao redor da cava, informação qualificada, em linguagem acessível, dos potenciais riscos ou problemas que podem acontecer futuramente ou não, visto que a comunidade faz uso e fazia dessas águas que estão ali ao redor, não só o Tejuco, mas o assentamento Pastorinhas também, que está bem abaixo da cava”.	[SEMAD] Foi esclarecido que serão feitas as respostas formais sobre esses pontos, uma vez que a Secretaria também atua no processo de licenciamento e disposição da cava. Do ponto de vista da SEMAD é importante que essas informações possam ser compartilhadas com a comunidade. De modo geral, é possível compartilhar essas informações com a participação da auditoria e da Vale. Essas informações estarão em um documento formal que poderá, eventualmente, ser compartilhado em linguagem acessível com a comunidade. [VALE] Foi explicado que não recebeu qualquer solicitação referente a audiência, foi solicitado à AEDAS que encaminhe tal solicitação para que a Vale possa se manifestar.	[VALE] Após reuniões públicas a Vale buscou essa demanda em seus canais e não identificou. Aguarda encaminhamento da referida solicitação pela AEDAS para elaboração de respostas.	Não se aplica.
Recuperação Ambiental	Tejuco	“Porque não foram disponibilizados para comunidade do Tejuco, os dados de monitoramento das águas subterrâneas e nascentes que foram solicitados em audiência pública?”	VALE Foi explicado que tal solicitação não chegou até a Vale, foi solicitado à AEDAS que encaminhe tal solicitação para que a Vale possa se manifestar.	[VALE] Após reuniões públicas a Vale buscou essa demanda em seus canais e não identificou. Aguarda encaminhamento da referida solicitação pela AEDAS para elaboração de respostas.	Não se aplica.

Recuperação Ambiental	Tejuco	"Sobre o sistema de tratamento de água que será drenada da cava, que foi a preocupação que o Evandro trouxe sobre as nascentes, a gente já foi apresentado algumas vezes que vai ter um sistema de tratar essa água da cava através de um sistema, se não me engano, chamado Wetlands, que estarão abaixo da B6. Esse sistema que está sendo considerado pelo plano também, está previsto, está garantido a qualidade de água que vai sair da cava? Depois da disposição de rejeito dentro da cava, e até quando vai ser feito esse monitoramento e gestão dessas águas da bacia? Isso vai ocorrer para além de 2030 ? Visto a finalização da recuperação socioambiental, como vocês trouxeram, que é até 2030. E se sim, se houver essa manutenção e gestão após a finalização da recuperação, quem fará a manutenção e a gestão desse sistema? Sobre as águas subterrâneas ainda, as que estão ao redor da cava, principalmente, que é uma preocupação muito grande das famílias do Tejuco, elas vão continuar sendo monitoradas, os pós-monitoramento vão continuar sendo monitorados depois da finalização da reparação socioambiental ? E se sim, por quem ? Para garantir a qualidade e informação qualificada das famílias a respeito das águas subterrâneas que estão na região aqui, do Pico dos Três Irmãos. E a última, sobre a contaminação dos aquíferos que estão na sub-bacia do Ribeirão Ferro-Carvão. Além dos metais, mas também os compostos orgânicos que são derivados de vazamentos de óleo de diesel, tanques e motor de locomotivas que foram encontradas, os tanques de combustíveis, transformadores e os solventes que são relatados pelos atingidos que tinham dentro da planta da Vale. Haverá uma descontaminação total de todos esses elementos, os orgânicos e inorgânicos que estão na sub-bacia ? E as águas subterrâneas das comunidades que estão em torno, que tem os poços rasos, os poços profundos, se serão monitorados também, para garantir os possíveis e diversos usos futuros, para além depois da reparação do processo ambiental	VALE] Foi explicado que é realizado um monitoramento contínuo em torno da cava da Mina do Córrego do Feijão, com a previsão de manutenção desse monitoramento, como parte do plano de fechamento da mina e licenciamento de disposição de rejeitos, para além de 2030. Em relação à presença de compostos orgânicos na água subterrânea, a empresa explicou que desde 2019 há um programa específico para tratar e manejar os materiais orgânicos, como equipamentos e transformadores impactados pelo rejeito, com objetivo de evitar contaminação da água. [SEMAD] Foi esclarecido que embora o objetivo seja alcançar a restauração ambiental em 2030, isso dependerá de monitoramentos contínuos e da verificação dos resultados da recuperação. Após 2030, ainda haverá acompanhamento e avaliações para garantir que a qualidade ambiental seja restaurada e mantida.	Não se aplica.	É importante esclarecer que a data prevista para 2030 é a de término da implantação da recuperação, ou seja, o prazo final para a realização das obras. A obrigação de monitorar será encerrada somente quando os indicadores de qualidade ambiental, incluindo a qualidade da água, atingirem os parâmetros estabelecidos. O monitoramento continuará, mesmo após a execução das obras, para garantir que a qualidade da água esteja adequada para os usos previstos e a quitação da recuperação só ocorrerá após essa confirmação.
Temas não relacionados ao projeto	Tejuco	"Falaram aí, que parece que [o projeto vai] até 2030, não é? (...) que até 2030 seja garantido o PTR para a comunidade (...) acabando esse PTR, então que já pensem num próximo recurso para o auxílio da comunidade aqui, zona quente, até 2030".	[SEMAD] Foi esclarecido que as demandas sobre PTR e acesso à água, que não estão diretamente relacionadas ao projeto conceitual, serão registradas e encaminhadas aos responsáveis, especialmente aos compromitentes.	Não se aplica	A demanda foi encaminhada aos Compromitentes do AJRI, de forma que as informações serão publicizadas oportunamente.
Temas não relacionados ao projeto	Tejuco	"A gravação vai ser disponibilizada para os atingidos, para as atingidas, para as lideranças ou uma ata"?	[SEMAD] Foi explicado sobre a necessidade de seguir as regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), mas que as solicitações podem ser feitas pelas instituições à SEMAD para disponibilização das gravações.	Não se aplica	A solicitação para acesso aos dados de gravação e ata pode ser direcionada diretamente para a SEMAD, no e-mail: duvidasprojetoconceitual@meioambiente.mg.gov.br Para tanto, deverá ser apresentada, no corpo do e-mail, justificativa indicando quais os usos pretendidos após ter acesso aos materiais solicitados. Em seguida, a SEMAD encaminhará ao requerente um Termo de Responsabilidade para assinatura e posterior disponibilização do material.
Temas não relacionados ao projeto	Tejuco	(...) ACHO que que o senhor também esta ciente de varias doenças que a comunidade teve e tem até hoje (...) foi feito um estudo também, que onde a pessoa que tem contaminação com metais pesados e onde essa água da COPASA que vem com mais cloro, que se deixa não se usam, é onde que dá	Momento de manifestação da comunidade acerca de percepções/indignações, sem necessidade de resposta específica da	Não se aplica	Os estudos mencionados não estão diretamente vinculados ao Acordo Judicial de Reparação Integral.

Temas não relacionados ao projeto	Tejuco	“(…) Essa praça que tá enfiando na garganta da comunidade, sem direito a consulta à comunidade. Ali tinha duas caixas d'águas, onde foi pedido, para sustentar duas ruas hoje, que é a Januária Francisco do Prado. Foi pedido em reunião, ali está uma delas, que participou da reunião, e lá foi tirado para que fizesse uma devolutiva com a Vale, para que a Vale trouxesse essa devolutiva, se ia ou não ia abastecer as duas caixas (...)”. [Fala com várias manifestações relacionadas, à extensão da recuperação dos acessos, indenizações e principalmente ao descontentamento da comunidade sobre as questões relacionadas à água (abastecimento de água pela Copasa, demanda de abastecimento das duas caixas d'água que ficam na praça e uso deste recurso pela comunidade sem geração de custos)].	[SEMAD] Foi esclarecido que as demandas sobre acesso à água e indenizações, não relacionadas ao projeto conceitual, serão registradas.	[VALE] Inicialmente, para garantir o abastecimento da comunidade de Tejuco, a Vale realizou melhorias estruturais no reservatório de concreto preexistente cuja capacidade é 100m³. No entanto, havia limitação de abastecimento nas ruas Francisco do Prado e Januária quando o nível de água armazenada nessa estrutura ficava abaixo de 40% . Para resolver essa questão, a Vale implantou dois reservatórios apoiados de fibra de vidro com capacidade de 20 m³ cada um, situados na praça central de Tejuco, a fim de abastecer exclusivamente as ruas mencionadas. Todavia, com o objetivo de aumentar a segurança de abastecimento da comunidade de Tejuco e conforme expresso no 4º e 6º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso (TC) Água, firmado entre Vale, Copasa e MPMG, a Vale instalou o reservatório tipo taça, que foi interligado ao reservatório de concreto. Desde então, com a ampliação do volume hídrico armazenado, a Vale mantém o nível médio de água do reservatório de concreto aproximadamente acima de 90% ao longo de todo o dia, monitorado 24h remotamente desde janeiro de 2024, e a média diária desse nível é apresentada mensalmente à auditoria externa do MPMG. A partir de fevereiro de 2024, a Vale descontinuou o abastecimento dos reservatórios na praça de Tejuco para avaliar a necessidade de mantê-los para abastecer apenas as ruas Francisco do Prado e Januária. Após quatro meses de observação, a Vale constatou que a retirada das referidas estruturas não comprometeu o abastecimento dessas vias. A instalação do reservatório tipo taça cumpriu seu objetivo de melhoria do abastecimento da região, contribuindo para o aumento de pressão na rede e chegada da água diretamente nas ruas.	Não se aplica.
Temas não relacionados ao projeto	Parque da Cachoeira	“Tem relatórios do AEDAS, tem relatórios da UFMG, tem relatórios que estão chegando agora, bem no contexto, mas pra a Vale não tem nada contaminado. O Sr. Geraldo é pescador, conheço um monte de pescador aqui (...) Hora nenhuma é mencionado o risco à saúde humana na parte do acordo. Por que vocês não apresentaram aqui o risco à saúde humana?	[SEMAD] Foi esclarecido que além do Projeto Conceitual, o plano de reparação ambiental inclui a discussão sobre a recuperação ambiental com indicadores de qualidade, não se limitando à reconstrução. Esses indicadores precisarão ser cumpridos. Quanto aos estudos de risco, eles ocorrerão paralelamente às etapas de recuperação. Se forem identificados riscos, as áreas serão tratadas como contaminadas, com intervenções específicas. Esses são processos distintos, mas ambos estão sendo tratados e evoluindo simultaneamente.	Não se aplica.	Não se aplica.

Temas não relacionados ao projeto	Tejuco	“A Vale teve em quase todas as casas e terrenos da comunidade de Maricota, levando um documento pedindo autorização aos produtores para que a Vale ficasse durante um ano estudando as propriedades. A gente já relatou isso para a AEDAS, a AEDAS já fez um documento formal pedindo uma explicação da Vale, de qual o objetivo dessa entrada nas nossas residências. Até agora a gente não recebeu a devolutiva (...) qual o objetivo desse documento que a Vale levou os moradores de Maricota a assinar autorizando a entrada em suas propriedades durante um ano, para fazer estudos?”.	[VALE] Foi solicitado à AEDAS a confirmação do envio das questões mencionadas, pois a equipe não havia recebido o encaminhamento discutido.	[VALE] Após as reuniões públicas foi levantado pela equipe de Relacionamento com Comunidades (RCs) que o estudo em questão foi realizado pela área de Fundiário (para prospecção de terras para compensação da operação, mas que a propriedade em questão não foi elegível. A equipe de RC retornou para o proprietário, que informou que iria aguardar retorno da AEDAS para se manifestar. Além disso, a equipe se comprometeu em ratificar com as áreas demandantes de acesso em terrenos de terceiros, a necessidade de autorização, que demonstre clareza no objetivo da atividade. Até o momento, a Vale não recebeu mais reclamações desta natureza.	Não se aplica.
Uso futuro dos espaços	Córrego do Feijão	"(...) Muitas pessoas usavam o Ribeirão para lazer, mas hoje não têm acesso. Como ficará essa situação? O Ribeirão será realmente aberto à comunidade novamente?"	[SEMAD] Foi explicado que projeto apresentado aborda a recuperação ambiental da área, mas a definição de como ela será utilizada pela comunidade depende do Plano Diretor do parque. Em um segundo momento, será feita uma consulta às comunidades para discutir os usos do parque.	Não se aplica.	Ressalta-se que a definição de usos pela comunidade está sendo realizada conforme direcionamentos da Prefeitura Municipal de Brumadinho, a qual tem o papel de realizar a consulta à comunidade para este fim.
Uso futuro dos espaços	Tejuco	“(...)Estão sendo consideradas finalidades turísticas e de lazer para esse parque que está sendo planejada? E, em caso de uma resposta positiva, como está sendo considerado a gestão, o trabalho e a geração de renda das comunidades do entorno envolvidas nesse parque municipal”.	[SEMAD] Foi esclarecido que a discussão sobre os usos do parque, incluindo turismo e outras atividades, será realizada em um momento futuro, em colaboração com as comunidades e com a Prefeitura de Brumadinho. Atualmente, o foco está na recuperação das áreas e na reconstrução dos acessos. A criação formal do parque foi feita por decreto municipal, e qualquer uso, especialmente recreativo, terá limitações, considerando as preocupações expressas pela AVABRUM durante as escutas.	Não se aplica.	Ressalta-se que a definição de usos pela comunidade está sendo realizada conforme direcionamentos da Prefeitura Municipal de Brumadinho.

Acessos	Parque da Cachoeira	“Quería saber se a nossa ponte vai ser também recuperada, a nossa entrada para o Parque da Cachoeira”.	[Vale] Foi esclarecido que o acesso ao Parque da Cachoeira será retomado. Embora não seja exatamente no mesmo ponto, o novo traçado conectará com a via Alberto Flores.	[VALE] A Vale apresentou revisões ao projeto Conceitual com a avaliação técnica sobre as alternativas de acesso a ser reconstruído no Parque da Cachoeira, considerando as necessidades apontadas pelos representantes da comunidade na reunião.	A solicitação da comunidade de Parque da Cachoeira para reconstrução do acesso no mesmo local que era em período anterior ao rompimento foi devidamente considerada nas discussões entre a Vale S.A. e o órgão ambiental. Entretanto, considerando os aspectos ambientais (intervenção em áreas de preservação permanente) e os aspectos relacionados ao cronograma de liberação das áreas, definiu-se pelo acesso apresentado pela Vale S.A. na reunião pública, que corresponde à ligação da Avenida Dr. Iraci L. Pereira com a rodovia Alberto Flores em um traçado mais retilíneo na porção sudeste da comunidade. Cabe destacar que a distância entre este novo acesso proposto e o que existia anteriormente é de 377 metros, de forma que esta alternativa é mais próxima à original do que o trajeto que atualmente é utilizado, via rua Maria de Oliveira Caldas.
Acessos	Parque da Cachoeira	“(…) Desde o princípio em que a gente começou a tratar da recuperação, uma das coisas que a gente falava e que sempre se tratou era dessa recuperação sentimental e emocional. (...) Essa nova rota que foi tratada que foi proposta ali, ela praticamente vai sair lá do lado de outras rotas que já tem para a gente ir para Brumadinho, para os outros lados. Esse lado aqui é um lado que é muito usado para a gente ir para o lado de Córrego do Feijão, Casa Branca e por aí vai (...)”.	[SEMAD] Foi esclarecido que essas questões serão consideradas nas discussões com a Vale. Embora não se trate diretamente de licenciamento, há aspectos ambientais relacionados à recuperação das APPs que precisam ser abordados. Estamos aqui para entender o impacto desses acessos para a comunidade e avaliar possíveis ajustes. [Vale] Foi explicado que as soluções propostas para a reconstrução do acesso seguem as orientações do Termo de Referência, considerando a retomada da mobilidade e a avaliação dos impactos para definir o melhor traçado. No entanto, como mencionado pela Secretaria de Meio Ambiente, esses pontos ainda estão em aberto e serão definidos no decorrer do projeto.	[VALE] A Vale apresentou revisões ao projeto Conceitual com a avaliação técnica sobre as alternativas de acesso a ser reconstruído no Parque da Cachoeira, considerando as necessidades apontadas pelos representantes da comunidade na reunião.	A solicitação da comunidade de Parque da Cachoeira para reconstrução do acesso no mesmo local que era em período anterior ao rompimento foi devidamente considerada nas discussões entre a Vale S.A. e o órgão ambiental. Entretanto, considerando os aspectos ambientais (intervenção em áreas de preservação permanente) e os aspectos relacionados ao cronograma de liberação das áreas, definiu-se pelo acesso apresentado pela Vale S.A. na reunião pública, que corresponde à ligação da Avenida Dr. Iraci L. Pereira com a rodovia Alberto Flores em um traçado mais retilíneo na porção sudeste da comunidade. Cabe destacar que a distância entre este novo acesso proposto e o que existia anteriormente é de 377 metros, de forma que esta alternativa é mais próxima à original do que o trajeto que atualmente é utilizado, via rua Maria de Oliveira Caldas.

Recuperação Ambiental	Parque da Cachoeira	“(…)Eu sei por que vocês não têm esse cronograma. Porque é uma incógnita de uma discussão das buscas de três joias, (...) é por isso que vocês não estão colocando no cronograma. Nós temos uma expectativa do que pode acontecer com a deliberação do Corpo de Bombeiro. Eu queria perguntar pro Tenente do Corpo de Bombeiro se existe alguma previsão, pra mim sim, correlacionar com a expectativa que vocês estão demonstrando para mim e a comunidade. (...)”	[SEMAD] Foi esclarecido que as ações planejadas da recuperação estão alinhadas com o Corpo de Bombeiros, que libera as áreas após concluir o processo de buscas. Todas as áreas serão reflorestadas e reconstituídas após essa liberação, e os cronogramas apresentados refletem as perspectivas dessa equipe, que tem atuado de forma incessante. O Estado mantém diálogo constante com o Corpo de Bombeiros, que avalia uma boa evolução no processo de buscas. Por isso, já se considera oportuno iniciar a discussão sobre a recuperação ambiental da área. [VALE] Foi explicado que o planejamento plurianual de manejo do rejeito segue as áreas prioritizadas pelo Corpo de Bombeiros. Essa equipe define quais áreas terão o rejeito removido primeiro, e, em seguida, a Vale realiza a execução da recuperação.	Não se aplica.	Não se aplica.
-----------------------	---------------------	--	--	----------------	----------------